



Advocacia do Estado

Ascom-PGE



**Gestão Solidária e
Governo Competente**



► ADVOCACIA DO ESTADO

O exercício da consultoria e do assessoramento jurídico, bem como da representação judicial do Estado é realizado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, que de janeiro a setembro de 2006 recebeu 76.670 processos, entre ações judiciais e expedientes originários dos diversos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta.

Um Governo competente necessita de um órgão que contribua para a governabilidade, fundamentando nos instrumentos jurídicos vigentes e orientado pelos princípios constitucionais, observando os critérios jurídicos, éticos e da economicidade. Para garantir este objetivo, a PGE vem investindo em modernização e informatização, buscando melhorar o desempenho de suas atividades.

MODERNIZAÇÃO E INFORMAÇÃO

Ao longo do exercício de 2006 a PGE deu continuidade ao processo de modernização e informatização, mediante a contratação de serviço de consultoria em infra-estrutura de rede, visando realizar a atualização e ajustes nos seus sistemas operacionais, além da aquisição de equipamentos.

No período 2003-2006 a PGE investiu na implantação do projeto de ampliação dos recursos da informática, com aquisição de equipamentos, atualização de softwares, instalação da rede local e implantação de sistemas.

Para tanto, deu-se a redefinição de seu parque computacional, com a aquisição de estações de trabalho para diversas unidades, impressoras multifuncionais, vídeo projetor para exibição de slides eletrônicos, além de scanner portátil.

Atualmente encontram-se instalados dois servidores corporativos, o que possibilita maior integração entre os diversos setores da PGE e também com os órgãos da Administração Pública do Estado. A existência de um banco de dados único evita a repetição da informação, a informação distorcida, a informação defasada ou a falta de informação sobre determinado processo administrativo ou judicial.

Ainda dentro do contexto da modernização encontra-se em fase de execução o processo de microfilmagem e digitalização dos processos administrativos fiscais, inclusive com a reconstituição de processos dessa natureza.

Outro importante mecanismo na busca da eficiência do trabalho institucional da PGE consiste no controle e acompanhamento das atividades, feitos de modo informatizado por um sistema que permite a todos os órgãos do Estado e ainda aos cidadãos, via internet, o acompanhamento do processo desde a entrada no protocolo geral da PGE.

O Sistema Integrado de Controle e Acompanhamento Administrativo e Judicial - Sicaj, foi implantado tendo como objetivo principal registrar e acompanhar todos os processos do órgão, visando agilizar eficazmente a sua tramitação.

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Os serviços da PGE estão organizados em Procuradorias de Pessoal, de Licitações e Contratos, Judicial, de Combate a Atos de Corrupção e Improbidade Administrativa, do Interior, junto aos Tribunais de Contas, junto aos Tribunais Superio-

res, de Estudos, Divulgação e Documentação, de Controle Técnico e Procuradoria Fiscal.

Visando reduzir custos e tempo na resolução dos processos oriundos dos órgãos públicos situados nos municípios baianos, a Procuradoria Geral do Estado passou a interiorizar suas atividades. Assim, todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado da Bahia que tenham sede no interior e necessitem de assessoramento jurídico ou consultoria, formularão consultas perante as Procuradorias Regionais, atualmente instaladas e com sede nas cidades de Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Seabra, Cruz das Almas, Barreiras, Feira de Santana, Itamaraju e Juazeiro. As Procuradorias Regionais desenvolvem o assessoramento e a consultoria jurídica necessária à intensa demanda dos setores do Estado ali instalados (Dires, Direcs, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Batalhão da PM, Delegacias de Polícia, Derba, Postos de Inspeção da Fazenda, dentre outros), imprimindo com isso, agilidade na execução do trabalho institucional da Procuradoria Geral do Estado.

Em 2006 foram implementadas pela PGE ações inovadoras voltadas para a recuperação do crédito do Estado. Trata-se de duas estratégias implantadas pelo grupo de Procuradores do Estado que atua na área dos Grandes Devedores, lotados na Procuradoria Fiscal, mediante a adoção de posturas utilizadas, com êxito, por grandes escritórios de advoca-

cia, dividindo o trabalho a ser desenvolvido nos processos fiscais em duas etapas: a primeira consistindo na tarefa de reunir em quatro grupos os Grandes Devedores do Estado, segundo a atividade econômica, quais sejam: combustíveis, telecomunicações e energia, indústria e o de comércio, objetivando sistematizar os estudos técnico-jurídicos, segundo as especificidades de cada atividade.

A segunda estratégia consiste em promover gestões junto aos juízes de primeira e segunda instância, com o propósito de tornar efetivo todo o trabalho teórico e prático desenvolvido, inclusive a tese jurídica construída, buscando obter o resultado almejado.

Como decorrência deste trabalho foram recuperados R\$ 118, 5 milhões ao longo do exercício de 2006 para o Estado da Bahia.

É importante assinalar também, que o Serviço de Cálculos, Avaliações e Perícias da Procuradoria Geral do Estado-Secap, continua atuando de forma bastante eficaz, ao detectar diferenças a menor, em favor do Estado, e ao rever os cálculos apresentados pelas partes contrárias nos processos de execução. Assim, no período de janeiro a setembro de 2006, o Governo do Estado obteve uma economia da ordem de R\$ 11,7 milhões, sendo R\$ 6,1 milhões em ações trabalhistas e R\$ 5,6 milhões em ações cíveis, conforme o Gráfico I.

GRÁFICO I

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - AVALIAÇÕES E PERÍCIAS BAHIA, 2006

